

“NÃO QUERO SAIR DA RUA”: PSICANÁLISE EM SERVIÇOS DE ATENDIMENTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

“I DON'T WANT TO LEAVE THE STREET”: PSYCHOANALYSIS IN SERVICES FOR HOMELESS PEOPLE

Mayara Squeff Janovik 1

Sandra Djamboladjian Torossian 2

Resumo: O presente artigo apresenta a pesquisa sobre a escuta do não de quem diz não querer sair da situação de rua a partir da clínica psicanalítica na política de assistência social. O método utilizado é o estudo clínico (RODULFO, 2004), com análise a partir do Traço do Caso (DUMÉZIL, 1989), tomando o não como traço que atravessa diferentes casos. Foram levantados dois planos de análise: plano de quem enuncia “Não quero sair da rua” e plano de quem escuta essa negação. A psicanálise possibilita a subversão do não, que é ser acolhido e escutado em sua potência como denegação ao carregar a dúvida: negação e afirmação. Essa clínica aponta para a construção de formas de transitar na política pública pelo acolhimento à singularidade. Conclui-se que é necessário um acompanhamento que acolha diferentes formas de existir no social, escutando o sujeito que enuncia o não.

Palavras-chave: Denegação. Caso Clínico. Psicanálise. População de Rua. Assistência Social.

Abstract: This article aims to present the research carried out on listening to the no of those who say they do not want to leave the street situation from the psychoanalytic clinic in the Social Assistance policy. The clinical study method was used (RODULFO, 2004), and the analysis was carried out based on the Case Trace (DUMÉZIL, 1989), taking the no as a trace that crosses different cases. Two levels of analysis were raised: the level of those who say “I don't want to leave the street” and the level of those who hear this denial. Psychoanalysis makes possible the subversion of the no, which is to be welcomed and heard in its power as denial when carrying dubiousness: denial and affirmation. This clinic points to the construction of ways to move in public policy from the reception of singularity. It is concluded that an accompaniment that welcomes different ways of existing in the social is necessary, listening to the subject who enunciates the no.

Keywords: Denial. Clinical Case. Psychoanalysis. Street Population. Social Assistance.

1 Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura (UFRGS), Especialista em Saúde Mental Coletiva (UFRGS), Graduada em Psicologia (UFRGS). Atualmente é professora do curso de Psicologia da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Gravataí, RS, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1486106510063962>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1254-0875>. E-mail: mayara.janovik@gmail.com

2 Doutora em Psicologia (UFRGS), Professora Associada do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Programa de Pós-graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2022735757785516>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9189-6994>. E-mail: djambo.sandra@gmail.com

Introdução

O presente artigo é fruto de uma dissertação de mestrado que abordou a escuta psicanalítica de pessoas em situação de rua no contexto de atendimento em serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A investigação se deu a partir da inserção profissional de uma das autoras em dois equipamentos: Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua (Centro Pop) e Acolhimento Institucional para Adultos (também conhecido como albergue).

De acordo com o Decreto 7.053/2009, considera-se população em situação de rua aqueles que possuem as seguintes características: pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional regular, utilizando áreas públicas e degradadas como espaço de moradia e sustento, seja de forma temporária, seja de forma permanente.

A condição de habitar a rua traz diversos riscos à integridade física e mental dessas pessoas, levando-nos à possibilidade de questionar os motivos de algumas delas optarem por permanecer nessa condição e negarem-se a sair da rua. Tal compreensão se faz necessária para que se possa produzir uma escuta sensível, acolhedora e transformadora do ponto de vista clínico nos serviços que atendem a esse recorte populacional.

Escutar o *não* de quem diz não querer sair da situação de rua extrapola o entendimento do conteúdo enunciado, desde que este não seja tomado em sua concretude de negação. Para que essa escuta possa contemplar as diferentes dimensões da negação, parte-se do entendimento de que os sintomas ganham novos contornos nos contextos sociais marcados pela exclusão, de maneira que essas pessoas, que não aderem à lógica do consumo, podem ser escutadas como objetores ao discurso hegemônico (BROIDE, 2014). Há, portanto, um indicativo de que aquele que está em situação de rua possa cumprir uma função de furo em uma lógica que se quer padronizada e hegemônica.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo apresentar a pesquisa realizada sobre a escuta do *não* de quem diz não querer sair da situação de rua. Busca-se também refletir sobre as balizas que fazem o contorno da clínica psicanalítica na política de assistência social ao debater o lugar do psicanalista nas instituições que atendem a essa população.

Metodologia: *Não* é um Traço

A pesquisa foi conduzida de maneira concomitante ao trabalho clínico desenvolvido por uma das autoras com pessoas em situação de rua em um Centro Pop e um Acolhimento Institucional para adultos e teve o estudo clínico (RODULFO, 2004) como orientação metodológica. A análise foi realizada a partir da proposta do “Traço do Caso” (DUMÉZIL, 1989). Nessa perspectiva, no presente artigo, apresenta-se o caso do Desenhista, nome fictício para uma pessoa em situação de rua que foi escutada em atendimentos individuais ao longo de cerca de três anos, com encontros quase sempre semanais, realizados no Acolhimento Institucional.

O estudo clínico se configura como uma maneira de contar e de pensar congruente com o decurso particular do tratamento psicanalítico. Implica trabalhar um material, compreendendo-o como produtor de interrogações ao analista-pesquisador que não busca ilustrar a teoria, mas colocar problemas para se pensar a clínica. A pesquisa se dá ao longo do processo de escuta, de forma que teoria e clínica em ato possam produzir questões uma à outra (RODULFO, 2004).

O Traço do Caso (DUMÉZIL, 1989) pode ser uma palavra ou expressão dita pelo analisando ou pelo analista, ou até mesmo um *acting out*, que incide como uma reviravolta no caso escutado, abrindo uma lacuna na resistência – tanto do lado do analisante como do analista.

Brémond, em texto integrante da obra de Dumézil (1989), apresenta o Traço do Caso como uma marca que diz tanto do analisante como do analista, entendendo que a transferência, da mesma forma, é compartilhada. Assim, o traço emerge do caso clínico nesse efeito de transferência, surgindo a partir da união que ocorre entre as palavras do paciente e as de seu analista. Portanto, é a partir dos recortes que sinalizam o Traço do Caso que se torna possível a análise do material, não apenas para efeitos de construção de determinado caso clínico, mas para a transmissão de uma clínica possível, que é sempre autoral e inaugural.

Para Barth (2008), o Traço do Caso aponta para uma escrita composta por determinados momentos de um tratamento ou até mesmo entre vários tratamentos, possibilitando que apareça o traço que atravessa essa escuta clínica. Dessa forma, o Traço do Caso é utilizado como uma ferramenta metodológica que permite pesquisar não apenas um caso clínico, mas os fragmentos que insistem em se destacar em diversos casos escutados.

O Traço do Caso, como metodologia de análise, permite que pontos clínicos sejam postos em circulação, tensionando a articulação entre o singular, o categorial e o geral, de maneira que sejam realizadas conexões entre um caso e outro, tomando a diferença como ponto indispensável (SIQUEIRA & QUEIROZ, 2014). Assim, o Traço do Caso torna-se um operador que busca o fragmento do caso clínico, produzindo o efeito de questionamento no pesquisador. Essa interrogação seria o motor da interlocução de um caso com outro, podendo vir a transformar-se em teoria.

Para fins desta pesquisa, alicerçada nas contribuições de Dumézil (1989), o *não* de quem diz não querer sair da situação de rua foi tomado como o Traço do Caso, como aquilo que decanta do caso clínico e conduz sua análise. Foi a partir do trabalho cotidiano de escuta de pessoas em situação de rua que o caso do Desenhista ganhou destaque por apresentar o *não* repetidamente em seu discurso. Quando o *não* pôde ser escutado como denegação, desenrolou-se um trabalho na direção de produção de singularidade com o sujeito escutado. Assim, a escuta do *não* veio a ter importante função no trabalho com o Desenhista, tornando-se um ponto nodal de análise ao produzir questões sobre a função do *não* e o que isso dizia do sujeito e de sua condição de situação de rua. Vale ressaltar que o caso do Desenhista aponta tanto para pontos da singularidade desse sujeito como para questões da nossa cultura, uma vez que o *não* é enunciado por diferentes pessoas em situação de rua.

Portanto, sustentamos com Barth (2008) que o Traço do Caso aponta não apenas à marca em determinado caso, mas evidencia o traço que atravessa diversos casos clínicos, tornando-se o Traço dos Casos de sujeitos que enunciam o *não* para a saída da situação de rua.

Não é uma clínica tradicional: a psicanálise nas políticas públicas

O psicanalista, ao se deparar com os contextos de exclusão social, encontra os pilares para a escuta clínica nos pressupostos básicos freudianos. Vale enfatizar que a clínica psicanalítica sempre esteve imbricada com as questões sociais, de maneira que até mesmo Freud sustentava a importância de uma “clínica pública” (DANTO, 2019).

Freud (1919/2006a) entende que o acesso à escuta psicanalítica não deveria ser limitado àqueles que possuem condições financeiras, por isso propõe que o trabalho do psicanalista se estenda para além do espaço do consultório privado. Assim, Freud lança aos psicanalistas o desafio da construção de uma clínica imbricada com o contexto social.

O sofrimento da parcela da população que não acessa os recursos institucionais básicos demanda um reposicionamento da escuta clínica. Trata-se de não desconsiderar a situação social daquele que é escutado nem de tomar-se pelo horror das histórias a ponto de ignorar a imbricação do sujeito com aquilo que ele fala e produz (ROSA, 2002).

O trabalho do psicanalista na política de assistência social consiste na construção de uma escuta clínica que considere as especificidades das pessoas atendidas e das situações postas em cena, entendendo que o desamparo social produz efeitos subjetivos e intersubjetivos. Assim, a escuta clínica é uma forma de supor no sujeito a capacidade de interrogar-se sobre sua história e de possibilitar a construção de novos traços identificatórios. O analista pode facilmente tomar a via imaginária e ficar paralisado diante das cenas de horror vividas e escutadas na clínica no contexto da assistência social. No entanto, a partir da relação transferencial, é possível fazer circular a palavra, de maneira que as situações traumáticas podem vir a ser nomeadas. Esse trabalho de escuta pode assumir uma posição ativa, tendo em vista que a iniciativa pode se dar primeiramente do lado do analista, até que o sujeito possa demandar e sustentar o seu espaço de escuta (SOARES, SUSIN E WARPECHOWSKI, 2013).

O trabalho clínico consiste no reconhecimento subjetivo e social, na medida em que implica uma postura de acolhimento do psicanalista ao mesmo tempo em que dá um lugar institucional ao

sujeito. A palavra do sujeito atendido deve ser garantida, mas isso muitas vezes não corresponde aos ideais da instituição. Logo, há um impasse que se coloca no que tange à possibilidade de escuta da singularidade na política pública, evidenciando-se desencontros entre o sistema formal das políticas públicas e as maneiras que as pessoas encontram para viver (SOARES, SUSIN & WARPECHOWSKI, 2013). Conforme Broide (2014), as políticas públicas apresentam um paradoxo: legislar e garantir direitos a grupos sociais, prescrevendo o que seria o melhor para esses indivíduos, ao mesmo tempo em que determinam modos de inserção no laço social, ignorando a dimensão do singular.

Broide e Broide (2015, p. 20) trazem o entendimento de que a política pública “[...] deve ser capaz de se instituir como condição-suporte de singularização do sujeito, promovendo uma torção do resto à causa”. Para isso, propõem as ancoragens como metodologia de trabalho em situações sociais críticas, em que “[...] é necessário operar na urgência social dominada pelo desamparo, pela violência, pelo caos e, muitas vezes, pela morte iminente” (BROIDE; BROIDE, 2015, p. 30). Constitui-se, dessa forma, um trabalho na direção de buscar, através da escuta clínica, os fios que amarram o sujeito à vida.

A população em situação de rua não se adapta aos protocolos clínicos tradicionais, o que implica a criação de estratégias diferenciadas de atendimento (CORREIA, 2014). Cabe ao trabalhador tornar-se um articulador entre a política pública e as diferentes formas de habitar a rua, tendo em vista que a política está construída para a saída da situação de rua.

Considerando a situação de rua como violação de direitos, encontra-se, na política de assistência social, a orientação de superação dessa condição. No entanto, encontramos um impasse quando percebemos que há pessoas que dizem *não* às saídas propostas por trabalhadores e serviços que compõem a política pública.

Não é denegação

Freud (1925/2006b) entende que a denegação é um mecanismo utilizado para que o conteúdo recalçado possa vir à tona, sem que necessariamente seja aceito: se um conteúdo foi negado, é porque ele precisou ser negado para poder ser enunciado. Nessas situações, propõe que, para além da negação, deve-se tomar o tema geral da associação que foi feita pelo paciente. Não se trata de negar ou afirmar o conteúdo levantado, mas de escutar que o analisante produziu uma associação e a trouxe à tona, mesmo que pela sua forma negativa. Portanto, o *não* supõe uma relação com a afirmação, já que é a partir da suspensão do recalque que o conteúdo do inconsciente pode emergir, mesmo que pela sua forma negativa.

Hyppolite (1954/1998, p. 895) destaca a diferença entre o *não* da denegação e o não como negação lógica. A negação lógica é a negação de uma afirmação. Já a denegação é um “[...]modo de apresentar o que se é à maneira do não ser”. A denegação é o símbolo do *não* por meio de uma enunciação, sendo que essa enunciação, ao ser desmentida, é acolhida.

Esse entendimento nos abre a possibilidade de escutar o *não* para além de uma palavra, mas como uma expressão que diz do laço que o sujeito constrói com o social. Dessa forma, propomos que o *não* seja escutado como expressão do sujeito de afirmação na condição de protagonista de sua história, responsável pela sustentação de sua posição desejante.

Lacan, a partir dos comentários de Hyppolite, desenvolve o *não* do recalque como uma forma em que “[...] a verdade pode sempre ser comunicada, nesse caso, nas entrelinhas” (LACAN, 1954/1998a, p. 373); ou seja, o *não* pode ser uma forma de censura ao conteúdo para que este possa ser enunciado.

A partir das considerações acima, para além de tomar o *não* como negativa, escutamos o *não* como um modo de enunciação. Apostamos que a escuta clínica pode ser subversiva ao não tomar o dito na sua concretude, mas ao buscar deslocamentos possíveis que digam da construção de narrativas singulares com aqueles que são escutados (LACAN, 1954/1998b). Vale enfatizar que essa escuta da produção singular do *não* precisa considerar a realidade social em que o sujeito está inserido, entendendo que a negação em sair da situação de rua diz tanto do sujeito que enuncia quanto do tecido social.

Não é um caso de sucesso?

O Desenhista é um homem negro, de meia idade, que dizia não querer sair da situação de rua.

Possuía familiares, mas não queria se aproximar deles. Tinha trajetória importante de trabalho, mas não demonstrava firmeza quanto ao seu interesse em voltar a trabalhar. Passou tempos dormindo em determinado local na rua da cidade, supondo estar seguro onde ficava. Além disso, tinha companheiros com quem fazia uso de álcool nesse local.

Esse uso era considerado problemático pela equipe. Sobre isso, o Desenhista dizia que queria se divertir enquanto não possuía nenhum compromisso sério. Aos poucos, fomos tendo notícias de que o motivo de seu desemprego estava relacionado ao uso de álcool, assim como o afastamento da família.

No início, os atendimentos semanais pareciam não fazer sentido ao Desenhista. Ele buscava o acolhimento institucional para pernoitar, sendo chamado para o atendimento individual – o que consistia em uma oferta ativa do espaço de escuta. Por certo tempo, era como se o desejo de que o Desenhista não dormisse ao relento fosse mais de quem o atendia do que dele.

Para que os atendimentos acontecessem, era necessário buscar o Desenhista, convidá-lo à fala, ofertar persistentemente o espaço de escuta, num trabalho de “busca ativa”. Há quem diga que isso pode implicar uma problemática inversão de demanda. No entanto, sustentamos que a demanda de análise só pode se produzir se for antecedida pela oferta do analista, sendo uma condição primordial (SOLER, 2013). Logo, a oferta vem como um convite ao sujeito de que possa falar livremente, sem censura.

Após algum tempo de atendimento, ele começou a demonstrar interesse em trabalhar no mercado formal, mas não conseguia sequer procurar por emprego. Vale enfatizar que o Desenhista, assim como grande parte das pessoas que estão em situação de rua, trabalhava com catação de materiais para reciclagem. Com a renda obtida, alimentava-se e sustentava seu uso de álcool.

Quando um familiar começou a buscar aproximação com o Desenhista, incentivamos o contato, pois a família parecia fazer despertar um outro Desenhista: pai de família cuidadoso, filho querido, primo atencioso. Em decorrência do uso de álcool, foram realizados diversos encaminhamentos ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), mas o Desenhista nunca cumpria com o que combinávamos.

Dessa forma, chegou um momento em que os argumentos nos atendimentos individuais para a redução do uso de álcool se esgotaram. Nenhum encaminhamento realizado se consolidava, assim como nenhuma combinação feita em atendimento se efetivava. No entanto, o Desenhista se mantinha disposto a falar. Foi somente a partir desse momento em que ele passou a ser escutado a partir do que lhe era possível narrar. O foco dos atendimentos deixou de ser a saída da situação de rua e o uso de álcool para passar a ser aquilo sobre o que tivesse interesse em falar. Assim, foi retomando a regra fundamental da técnica psicanalítica – a associação livre (FREUD, 1913/2006c) – que o trabalho pôde se desenrolar.

A partir desse ponto, passa a se construir uma posição de escuta e acolhimento do *não* produzido pelo Desenhista. A negação em cumprir com alguns dos protocolos tradicionalmente utilizados pelos serviços da política de assistência social passa a ser escutado de outra maneira: para além de um *não*, essa postura de negação dizia algo sobre o Desenhista.

A partir dos atendimentos, surgiam diversas histórias da vida do Desenhista. Quando dizia que não queria fazer contato com a família, podia falar sobre a família; quando dizia que não queria parar de usar álcool, falava sobre o embriagar-se; quando dizia não querer sair da situação de rua, contava sobre sua experiência de habitar a rua. Aos poucos, foi possível perceber que esses *nãos* abriam espaço para se falar sobre determinados assuntos, ao mesmo tempo em que colocavam em cena uma postura crítica desse senhor que só executava as atividades que lhe faziam sentido. Dessa maneira, a negação em seguir os protocolos revelou-se em uma afirmação de si: o Desenhista fazia questão de escolher os caminhos que queria trilhar em sua vida.

Com o movimento ativo de escuta, foi possível o estabelecimento de uma relação transferencial de cuidado, em que o Desenhista passou a perceber que alguém (a analista que o atendia) tinha interesse pelo que ele podia falar e se importava com seu bem-estar. Da mesma

forma, ele também passou a fazer demonstrações de cuidado com o outro e, posteriormente, consigo.

Vale destacar três episódios que produziram mudanças nesse acompanhamento.

Em determinada data, o Desenhista não pôde pernoitar no Acolhimento Institucional por estar excessivamente alcoolizado. Nesse momento, percebeu que não estava mais acostumado a dormir na rua. Disse que estava tudo da mesma maneira, mas ele já não via mais tantos atrativos. Assim, procurar um trabalho para ter seu próprio lugar e “não depender de albergue” começou a parecer-lhe interessante. No entanto, dizia que não encontrava oportunidades de emprego.

Certa vez, ofereceram-lhe uma vaga de trabalho, mas estava alcoolizado e não pôde comparecer ao local. Mesmo assim, entendia que o uso de álcool não lhe atrapalhava. Após mais algum tempo de escuta, essa situação veio a fazer outro efeito: no *a posteriori*, quando os acontecimentos adquiriram nova significação para o sujeito num tempo histórico e subjetivo posterior (ROUDINESCO & PLON, 1998), o Desenhista percebeu que havia perdido uma boa oportunidade de trabalho em decorrência de seu uso de álcool. Assim, foi possível questionar: quantas outras oportunidades ele já teria perdido, porém nem percebera? Quantas ainda iria perder por causa do uso de álcool? Com isso, foi possível compreender que, para além da escassez das oportunidades de trabalho, o Desenhista não estava sustentando uma disponibilidade em trabalhar. Logo, torna-se central na escuta a reflexão sobre os caminhos que queria seguir em sua vida.

Em outra data, o Desenhista teve um conflito com uma pessoa da equipe e resolveu não pernoitar no Acolhimento Institucional. Nesse período, havia suspenso o uso de álcool. No dia seguinte, contou que ficou demasiado irritado com o impasse e que foi logo ficar debaixo de uma marquise com outras pessoas em situação de rua. No local, ofereceram-lhe álcool, mas recusou. Disse supor que a pessoa que o atendia poderia ir atrás dele e o veria alcoolizado – algo que não desejava. Desse modo, percebe-se que a relação transferencial produz efeitos no sujeito de modo a fazê-lo repensar em sua posição a partir do que supõe que seja esperado dele. Em seu espaço de escuta, foi possível refletir acerca das mudanças por que vinha passando.

A partir de oficinas realizadas no Centro Pop, percebemos que aquele senhor crítico que bebia e não queria sair da rua gostava de desenhar. Assim, foi viabilizado o encaminhamento para uma Oficina de Desenhos, oferecida pela Secretaria de Cultura. A Oficina de Desenhos proporcionava diferentes experiências sobre as quais ele se punha a falar.

Desenhista é a maneira como as autoras do presente artigo escolheram nomear essa pessoa que descobre, a partir do interesse por desenhar, possibilidades de viver. O próprio Desenhista foi percebendo que seu lugar não era mais na rua, e disse surpreender-se com essa descoberta. Começou a querer encontrar pessoas com quem pudesse aprender e dialogar, como fazia na Oficina de Desenhos. Dizia ele que não conseguia mais conversar com as pessoas em situação de rua, uma vez que havia muitas brigas e muitas discussões envolvendo o uso de drogas. O Desenhista passou a querer fazer o papel de mediador nessas situações, colocando palavras no lugar das agressões físicas que via tão presentes em seu cotidiano.

No decorrer do acompanhamento, passou a perceber a sua escolaridade como uma dificuldade que enfrentava na busca por emprego. Assim, incentivado a voltar a estudar, tornou-se um aluno exemplar, ganhando destaque na escola por dedicar-se a realizar todas as atividades propostas pelos professores. Em um ano, concluiu duas etapas, estando próximo de concluir o Ensino Fundamental.

O Desenhista passou a estudar e questionar sobre esse novo mundo que descobria, utilizando a internet do Acolhimento Institucional para acesso a informações e comunicação com familiares através das redes sociais. Com o tempo, conseguiu um local para morar, retornando ao Acolhimento Institucional apenas para alguns atendimentos.

Na condução do caso do Desenhista, foi realizada uma aposta em sua autoria, colocando o desenho como uma saída à condição de mero personagem de sua história, de maneira que pudesse escrever/desenhar à sua própria maneira. Dessa forma, o desenho o levou à escola, que lhe colocou em contato com conhecimentos aos quais antes não tinha acesso. Assim, passou ele próprio a demonstrar interesse por determinados assuntos, construindo novas aspirações, como possuir um espaço seu, onde pudesse organizar suas coisas da maneira que bem entendesse.

Nas férias de sua analista, o Desenhista teve uma importante mudança em sua vida e voltou a fazer uso de álcool – nomeou esse período como se estivesse “fora do desenho”. Com a retomada do acompanhamento, após as férias, lembrou que a analista havia lhe encomendado um trabalho, que consistia em desenhos que viriam a compor a dissertação de Mestrado, com a devida autorização do Desenhista, que não quis assinar sua produção, seguindo anônimo. O Desenhista riu ao dizer que sua analista lhe dava “trabalho”. Tinha um compromisso com sua analista durante esse período e, ao se deparar com o fato de não ter cumprido com o combinado, começou a pensar se poderia voltar à forma de viver em que não mantinha acordos com ninguém. Quando perguntado sobre o que vinha pensando sobre isso, disse não saber como proceder. Logo, foi-lhe assinalado: era para isto que estava ali sendo escutado, para pensar no que queria. Nesse momento, lembrou de sua família, dizendo que não gostava de falar deles, mas que se sentia esquecido pelo fato de fazer cerca de dois meses que não o procuravam. O Desenhista não buscava pelos familiares, mas esperava que viessem atrás dele, de maneira análoga ao que fizera no início do estabelecimento de seu espaço de escuta, quando esperava que sua analista o chamasse para conversar. Há uma atualização – na transferência – das relações que estabelecera em seu núcleo familiar. O Desenhista precisava de alguém que se interessasse por ele, desejasse o seu bem-estar, demandasse dele “trabalho”. Dar-lhe trabalho correspondia a convocar-lhe a sair do lugar de negação e retomar um laço com o social. Assim, a partir do cuidado do outro, o Desenhista pôde construir formas de cuidar de si.

Não é (só) não

Casos semelhantes ao do Desenhista aparecem com alguma frequência: dizem não querer sair da situação de rua, mas buscam o Acolhimento Institucional para pernoite eventualmente. Essas são situações que questionam o funcionamento da instituição. Portanto, escutando o não como Traço dos Casos, as considerações realizadas a seguir a respeito do Desenhista podem ser colocadas também para outras situações.

A escuta do não na presente pesquisa conduziu a análise sustentada em dois planos: o plano de quem enuncia e o plano de quem escuta. A respeito do plano de quem enuncia, é levantada a dúvida do não: uma negação (o não é não) e uma afirmação (o não é mais do que não). Quanto ao plano de quem escuta, é explorado o lugar do psicanalista na instituição.

“Não quero sair da rua”

O Desenhista não correspondia às expectativas do serviço de acolhimento institucional: não fazia tratamento no CAPS, não parava de beber e não trabalhava. O *não* se repetia na sua fala e na sua posição de recusa a seguir os protocolos tradicionais, fazendo-se presente na cena do atendimento até ser acolhido e escutado a partir de sua fala, da sua posição de sujeito, e não dos preceitos institucionais. Com a mudança da posição de escuta, ocorreu também uma mudança da posição do sujeito diante do seu desejo: o *não* tornou-se uma forma de se poder falar sobre alguns assuntos e de afirmação do sujeito como autor de sua história. Para o Desenhista, negar-se a seguir o que esperavam dele era afirmar a possibilidade de criar seus próprios caminhos.

A escuta implicou o acolhimento do sujeito, considerando a condição social a que estava submetido. A esse trabalho clínico que se ocupa da escuta do sujeito em contextos de exclusão e violência, Rosa (2016) nomeia de intervenções psicanalíticas clínico-políticas. Propõe-se que o sujeito escutado deve ter considerado o seu lugar na estrutura social, de maneira que a dimensão sociopolítica do sofrimento é incluída na escuta. O *não* de pessoas que dizem não querer sair da situação de rua deve ser escutado não apenas como uma opção de dormir ou não na rua, mas como um disparador para que a escuta do sujeito se torne possível. No caso do Desenhista, o acolhimento do *não* trouxe à tona os significantes “rua”, “álcool” e “família”.

Assim, podemos tomar o *não* como potência. Segundo Agamben (2008), a potência não existe apenas no ato que a realiza, de fazer ou de ser alguma coisa. A potência só é tomada como tal se também for uma potência do *não*: potência de ser e de não ser, de fazer e de não fazer.

A potência de um vir a ser só pode ser concebida na relação com a potência do não vir a ser. A partir dessa concepção de potência, podemos escutar o *não* de pessoas que dizem não querer sair da situação de rua como uma recusa a seguir um mandato social de produzir, trabalhar, ter uma família, ter uma casa. Há uma afirmação, um posicionamento do sujeito em relação ao Outro que se dá a partir do *não*, que está endereçado a quem não reconhece sua escolha de vida como legítima.

A rua pode se constituir em lugar de moradia em um sentido que vá para além do pernoitar, como uma forma de laço social em que, ao mesmo tempo em que diz de uma exclusão social, também diz de uma forma de oposição a uma normativa que está posta. Negar-se a seguir um roteiro do qual não se é autor é uma forma de afirmar-se como sujeito desejanste.

A partir da escuta clínica, pode-se tomar o *não* como um sim. Na escuta do Desenhista, em um primeiro momento, percebemos o *não* como uma resignação, uma aceitação de sua condição de vida, sem que se produzissem questionamentos por parte do sujeito acerca de sua situação. Em um segundo momento, podemos perceber que o Desenhista passa a descobrir novos interesses, num movimento desejanste em que uma novidade dispara o interesse por outra. Dessa forma, podemos entender esse segundo momento como um *sim* do sujeito à vida.

Tomados pelos protocolos tradicionais da política pública, podemos querer imprimir nas pessoas que atendemos essa figura imaginária do que seria um bom, saudável e útil cidadão. Talvez esse seja o motivo pelo qual ficamos, às vezes, transferencialmente tão incomodados quando escutamos alguém que diz não querer sair da situação de rua. Essa pessoa está quebrando com uma lógica com a qual nos vemos ensejados a operar a partir da normativa da política pública, com um ideal social. O *não* pode ser escutado como um não àquilo que é proposto pelo outro, mas um sim a uma invenção singular do sujeito de formas de existir.

Assim, torna-se pertinente questionar qual a direção do acompanhamento na assistência social, uma vez que esta pode estar a serviço do cumprimento de fazer caber todos em uma mesma lógica. A psicanálise, dessa forma, pode fazer uma torção no discurso hegemônico, tornando-se “[...] uma possível potência para a Assistência Social, no sentido de produzir alguma desordem, ao incluir o sujeito do inconsciente como ênfase ante a malha de dominação e possibilitar novas saídas singulares e sociais” (BALDISSERA, 2019, p. 43). Dizer *não* às proposições tradicionais da política pública aponta para o que há de invenção e único no sujeito.

O Desenhista encontra uma forma bastante emblemática para nomear o seu espaço de escuta: desenho. Para ele, voltar para “dentro do desenho” era retornar ao seu espaço de cuidado, entendendo-o para além do espaço de atendimento e escuta individual, mas como uma retomada da relação transferencial que atualiza no sujeito a questão: “o que quer de mim?” Supor que aquela que o escuta espera algo dele o faz voltar para “dentro do desenho”, um lugar onde precisa trabalhar para dar conta de suas questões e decifrar os enigmas que encontra nesse processo. Era um lugar onde podia falar livremente, recebendo indagações que o colocavam a refletir sobre sua história e suas escolhas. E pensar, como ele mesmo pôde entender, dava muito trabalho – um trabalho psíquico que era necessário para a sustentação de sua posição de sujeito diante do Outro.

O Desenhista não precisava que desenhassem por ele, ou que desejassem por ele, ou que lhe dissessem o que fazer – a tudo isso, ele dizia *não*. Precisava que sua negação fosse desmembrada para se abrir à possibilidade que desenhassem com ele, dando-lhe trabalho, desejando sua presença e sua produção.

O sujeito, ao dizer *não* querer sair da situação de rua, abre espaço para falar sobre sua condição de estar na rua. Com efeito, torna-se possível a produção de uma narrativa do sujeito acerca de sua história: de onde veio, que males o acometeram, que alegrias pôde experimentar. Passam a ser colocadas palavras em uma história que, muitas vezes, vem sendo silenciada pela sua condição traumática e de violência.

Podemos tomar o *não* como um significante da singularidade do sujeito que não se contenta em seguir protocolos, mas que possui em si uma potência para a produção de novos modos de ser e estar no social.

O lugar do psicanalista na instituição

Além da escuta singular do Desenhista, fez-se necessária a sustentação da analista perante

os colegas acerca da importância de darmos seguimento ao atendimento desse usuário que se negava a sair da rua, realizando dois movimentos: um de escuta do sujeito e outro de sustentação institucional da possibilidade da sua permanência nos atendimentos.

Quanto à escuta, vale partir de uma situação que ocorreu no acompanhamento do Desenhista. Assim como ocorre em diversas situações, a autorização para seu pernoite passou a ser questionada pela equipe ao não perceber nele nenhum movimento para a saída da situação de rua. No entanto, ao trabalhar essa questão com os colegas, o acompanhamento pôde seguir, considerando que o Desenhista vinha falando e produzindo mudanças de posição de sujeito em relação ao Outro.

Essa posição de sustentação institucional faz-se necessária com alguma frequência em determinados casos, em especial quando são pessoas que dizem *não* querer sair da situação de rua e cujos movimentos subjetivos demandam disponibilidade de escuta para serem percebidos. Um trabalho de diálogo, debate e reflexão precisa ocorrer no âmbito da equipe técnica para que algumas direções de acompanhamento possam se efetivar.

Para a escuta do Desenhista, fez-se necessária a suspensão das demandas dos protocolos tradicionais associados à normativa da política pública voltada à população em situação de rua, para que se produzisse um desenho com os traços, cores e borrões que o espaço de escuta nos permitiu desenhar juntos. Em relação à escuta, vale considerar a proposição de Barthes (1990, p. 217): “Ouvir é um fenômeno fisiológico; escutar é um ato psicológico”. Assim, a escuta não pode estar desvinculada de sua intencionalidade e situa-se para além do que é dito ou emitido.

Não raro, encontramos pessoas em situação de rua que dizem em atendimento aquilo que supõem que devem falar ao profissional da assistência social: que querem trabalhar, que querem possuir moradia fixa, etc. Da mesma forma que o *não* sair da situação de rua deve ser escutado para além do emitido, a afirmação também não está de antemão dada. Tal fato evidencia-se quando os processos de acompanhamento de alguns usuários dos serviços não resultam em modificações da situação inicial, gerando insatisfação nas equipes de trabalho. Vale interrogar, nesses casos, se está sendo possível escutar – e não apenas ouvir – aquilo que o sujeito está comunicando. Escutar o sujeito, em última instância, implica compreender que as pessoas atendidas não devem responder àquilo que desejamos. É necessário o deslocamento da equipe em seu desejo de curar para uma posição de escuta que busca localizar junto aos sujeitos o que se repete, o sem sentido e as amarrações possíveis para cada caso (SILVEIRA, 2019).

Acerca das pessoas em situação de rua, “[...] em uma sociedade que as torna invisíveis, talvez sejamos poucos os que podemos dar sustentação para que esses sujeitos venham a desejar, e esse é um caminho que são eles mesmo quem dão, desde que sejam escutados” (BALDISSERA, 2019, p. 53). O trabalho analítico nesses contextos implica dar lugar ao sofrimento das pessoas atendidas. Ainda conforme o autor, “[...] sabemos que estar na rua é fruto de inúmeras rupturas (afetivas e econômicas), mas, se antecipamos isso, o que o sujeito tem a nos dizer sobre estar nessa condição?” (BALDISSERA, 2019, p. 84).

Um dos temas bastante recorrentes na população em situação de rua é o uso de álcool e outras drogas. Assim como o Desenhista, são diversas as pessoas que se encontram de tal forma engatadas no uso de substâncias psicoativas que outras esferas da vida parecem perder seu valor e sentido. Não cabe ao psicanalista tentar barrar o acesso a drogas ou intervir apenas pela via da abstinência, considerando que o uso de drogas é uma forma de gozar encontrada pelo sujeito (SHIMOGUIRI; COSTA; BENELLI; COSTA-ROSA, 2019). A contribuição da psicanálise, nessas situações, estaria na oferta da oportunidade ao sujeito de falar sobre a droga e de diversificar a demanda, de maneira que o sujeito possa produzir sentidos para seus conflitos.

No caso do Desenhista, o enredo de sua história girava, em um primeiro momento, em torno do álcool. No entanto, ele não percebia isso como um problema. Foi a partir do momento em que o uso de álcool deixou de ser escutado como tema central no atendimento que se tornou possível escutar o sujeito e o seu uso de álcool passou a ser uma questão para ele.

O Desenhista apresenta uma mudança em sua posição de sujeito que pode ser percebida apenas a partir de uma mudança na posição de quem o escuta. O *não* querer sair da situação de rua é subvertido quando o *não* passa a ser escutado como enunciação de um sujeito que se nega a seguir mandatos e protocolos dos quais não é autor: um sim ao desejo. Vale destacar duas

ferramentas na escuta clínica durante o atendimento do Desenhista que fizeram com que essa torção do *não* para um *sim* ocorresse: a sustentação do espaço de escuta e a posição transferencial.

É comum que a escuta de pessoas em situação de rua seja baseada unicamente no campo do utilitarismo, respondendo às queixas do sujeito que procura por atendimento: se precisa de um documento, que lhe seja realizado o encaminhamento. Ao mesmo tempo em que é importante que certas necessidades da ordem utilitarista sejam satisfeitas no atendimento, a escuta clínica abre espaço para o surgimento do inusitado – se o sujeito fala livremente, não se sabe o que poderá vir para a cena do atendimento (BALDISSERA, 2019).

Tal possibilidade de escuta se vê alicerçada no estabelecimento de uma relação transferencial. Lacan (1951/1998c) analisa os momentos transferenciais na escuta clínica, apontando desenvolvimentos da verdade e suas respectivas inversões dialéticas, que colocam o tratamento analítico em movimento. A inversão dialética equivale à “[...] escansão das estruturas em que, para o sujeito, a verdade se transmuta, e que não tocam apenas em sua compreensão das coisas, mas em sua própria posição como sujeito da qual seus ‘objetos’ são função” (LACAN, 1951/1998c, p. 217). A verdade é transmutada, de maneira que a sua posição como sujeito também é modificada.

A direção do tratamento corresponde à sustentação de um percurso dialético, de maneira a buscar a superação dos momentos de estagnação (COUTO, 2004). No processo de escuta do Desenhista, há um momento de certa estagnação, correspondente ao período em que se buscava construir a saída da situação de rua atrelada à redução ou suspensão do uso de álcool. Se em um primeiro momento a escuta consistia em uma posição propositiva de coisas ao Desenhista, buscando diferentes caminhos para se chegar sempre a um mesmo destino ideal, no segundo momento, a posição de escuta se torna a de acolhimento. Assim, é possível afirmar que a mudança na posição de escuta no atendimento do Desenhista provocou uma mudança na posição transferencial, de maneira que os atendimentos pudessem seguir.

No que tange à escuta do Desenhista, o primeiro momento da escuta envolveu sua condição de negação à saída da situação de rua. A inversão dialética nesse momento do tratamento correspondeu à interrupção de oferta de propostas a se fazer, convocando o sujeito a um lugar de autoria na construção de tais propostas. Desse modo, produziu-se um segundo momento da escuta, em que ele se torna o Desenhista, interessado por desenhar e conhecer. A segunda inversão dialética constituiu-se na apresentação de outras fontes de conhecimento: a escola. Disso decorre um terceiro momento da escuta, em que o Desenhista experimenta uma vida “dentro do desenho” e outra “fora do desenho” e questiona qual dessas vidas deveria seguir. A terceira inversão dialética baseou-se na sustentação do enigma levantado pelo sujeito, colocando-o na posição de produção de lembranças e de novas respostas.

A partir do trabalho de desenhar em dupla, que só pode ser concebido se for em uma relação transferencial, é que a torção do *não* em *sim* pôde ocorrer. No caso do Desenhista, poder escutar seu *não* como potência, como resistência de seguir um protocolo do qual não se percebia autor, permitiu que o trabalho analítico tivesse seguimento. Para além disso, reconhecê-lo como um desenhista é escutá-lo desde sua condição de produção de singularidade, em que ele é transformado em autor de sua história. A escuta, sustentada pela ética da psicanálise, possibilita o reconhecimento do desejo do sujeito que está em situação de rua, que é convocado a ocupar uma posição ativa diante daquilo que lhe é demandado pelo Outro, mesmo que a ação seja a de fazer-se paralisado, como uma forma de resistência ao sistema que lhe é imposto, como um contrafluxo na lógica de produzir e consumir proposta pelo capitalismo.

Em relação ao lugar do psicanalista na instituição, é importante considerar a tensão entre a política pública e o lugar do sujeito. Se entendemos que há um desencontro entre o sistema formal das políticas públicas e as maneiras que as pessoas encontram para viver (SCARPARO; POLI, 2013), podemos propor que o lugar do psicanalista seja o de tensionar a relação entre o singular e o coletivo, buscando formas de atuação na política pública em que a singularidade não seja anulada. É necessário operar no trânsito entre o sujeito atendido e a instituição, construindo formas diferenciadas de escuta conforme as condições de cada um. Aí se sustenta a relevância da construção do caso clínico em equipe, levando a palavra do sujeito a espaços de produção de alternativas de atendimento.

Na condução do caso do Desenhista, foi necessária a sustentação institucional da

manutenção do espaço de escuta e da possibilidade de singularização do desejo. O tensionamento entre o sistema formal da política pública de assistência social e a condição de produção do sujeito foi permanente nas reuniões de equipe, de maneira que foi possível construir caminhos de um acompanhamento singular que buscou respeitar o desejo do sujeito.

No entanto, é importante ressaltar que o lugar do psicanalista, de sustentação do espaço de escuta e da singularização do desejo, não se dá apenas em cada instituição, mas no fato de que há um desafio macropolítico. O trabalho com políticas públicas em contextos de vulnerabilidade e exclusão social implica uma descolonização da escuta (TOROSSIAN, 2019), ou seja, uma clínica em rede que deve movimentar sua posição de escuta e estar em diálogo com quem se ocupa de pensar os processos sociais e a desigualdade. Para além de construção de consensos na condução dos casos, há uma aposta na multiplicidade de discursos que podem ser produzidos nos diferentes pontos da rede de cuidados, considerando que os trabalhadores dessa rede devem se ocupar tanto das questões da clínica como da política, tendo em vista que a política também se constitui em campo de intervenção.

Considerações Finais

O caso do Desenhista traz importantes questões à clínica com pessoas em situação de rua. Em especial, destaca-se o *não* presente em seu discurso e no de tantos outros que dizem não querer sair da situação de rua.

Propomos que, a partir de uma escuta singularizada e contextualizada no caso a caso, esse *não* possa ser escutado como denegação, ou seja, tomado como negação e afirmação ao mesmo tempo. Portanto, envolve tomar a associação produzida que só pôde ser expressa pela sua via negativa, assim como reconhecer a potência do *não* como uma afirmação de sujeito que se nega a seguir um roteiro do qual não se percebe autor.

Assim, nos serviços da assistência social, é imprescindível uma posição de escuta que inclua o acolhimento do sujeito, considerando a situação social. A sustentação da possibilidade de invenções singulares de viver ganha relevância nesse contexto, de maneira que as pessoas atendidas pela política pública de não devem se submeter a protocolos padronizados de formas ideais de viver em decorrência de sua condição social. O lugar da psicanálise, nesses contextos, é o de sustentação do espaço de escuta, no qual a singularização do desejo torna-se central na clínica.

Quanto ao Desenhista, a escola tornou-se uma referência organizadora, um importante lugar para conhecer outras pessoas e até mesmo se conhecer em outro lugar. O Desenhista concluiu o Ensino Fundamental, cursa o Ensino Médio e segue com outras aspirações. Saiu da situação de rua e retornou algumas vezes, voltou a fazer uso de álcool e parou tantas outras. O caso do Desenhista não é um caso de sucesso, do ponto de vista de uma saída linear da situação de rua. No entanto, há muitos avanços que se percebem na postura de um sujeito que se responsabiliza pelos caminhos por que escolhe percorrer. O que permanece sobre esse acompanhamento é algo que ele mesmo disse: “A gente foi conversando, conversando, e nem sei como, mas cheguei até aqui”.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Bartleby, escrita da potência**: Bartleby, ou da contingência. Lisboa: Assírio & Alvim, 2008.

BALDISSERA, Matheus Augusto Pellens. **Entre restos, há quem sonhe**: sobre a escuta psicanalítica com pessoas em situação de rua. Orientadora: TOROSSIAN, Sandra Djamboladjian. 2019. 91 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/200318>. Acesso em: 18 mar. 2023.

BARTH, Luiz Fernando Barnetche. Da consideração ao detalhe em Freud ao dispositivo Traço do

Caso em Lacan. **Psicologia Clínica**, v. 20, n. 1, 83-96, 2008. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-56652008000100006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13 dez. 2019.

BARTHES, Roland. A escuta. In: BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. **Decreto n. 7.053**. (2009, 23 de dezembro). Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.html. Acesso em: 09 abr. 2019.

BROIDE, Emília Estivalet. Possibilidades de singularização do sujeito nas políticas públicas: Do resto à causa. **Intellectus Revista Acadêmica Digital**, v. 27, 87-99, 2014. Acesso em: 18 mar. 2023.

BROIDE, Jorge; BROIDE, Emília Estivalet. **A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções**. São Paulo, SP: Escuta, 2015.

CORREIA, Fernanda de Castro. **O sujeito para além do usuário: a construção do vínculo como estratégia de assujeitamento**. Orientadora: FONSÊCA, Ludmila Lopes da. 2014. 23. (Trabalho de conclusão de curso) – Especialização, Bahiana Escola de Medicina e Saúde Pública, 2014. Disponível em <http://www.repositorio.bahiana.edu.br/jspui/bitstream/bahiana/367/1/Artigo%20Imprimir.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2019.

COUTO, Luis Flávio Silva. Dora, uma experiência dialética. Ágora: **Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 7, n. 2, p. 265-278, 2004. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982004000200006. Acesso em: 13 fev. 2020.

DANTO, Elizabeth Ann. **As clínicas públicas de Freud: Psicanálise e Justiça Social, 1918-1938**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

DUMÉZIL, Claude. (Org.). **La marca del caso: el psicoanalista por su rastro**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1989.

FREUD, Sigmund. Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira (Volume XVII, pp. 173-181). Rio de Janeiro: Imago, 2006a (Trabalho original publicado em 1919).

FREUD, Sigmund. A negativa. In: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira (Volume XIX, pp. 265-269). Rio de Janeiro: Imago, 2006b (Trabalho original publicado em 1925).

FREUD, Sigmund. Sobre o início do tratamento. In: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira (Volume XII, pp. 139-158). Rio de Janeiro: Imago, 2006c (Trabalho original publicado em 1913).

HYPPOLITE, Jean. Comentário falado sobre a *verneinung* de Freud. In: J. Lacan, **Escritos**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1998 (Trabalho original publicado em 1954).

LACAN, Jacques. Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a *verneinung* de Freud. In: J. Lacan, **Escritos**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1998a (Trabalho original publicado em 1954).

LACAN, Jacques. Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a *verneinung* de Freud. In: J. Lacan, **Escritos**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1998b (Trabalho original publicado em 1954).

LACAN, Jacques. Intervenção sobre a transferência. *In*: J. Lacan, **Escritos**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1998c (Trabalho original publicado em 1951).

RODULFO, Ricardo. (2004). **Desenhos fora do papel: da carícia à leitura-escrita na criança**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Rosa, Miriam Debieux. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. **Revista de Psicanálise TEXTURA**, v. 2, p. 42-47, 2002.

ROSA, Miriam Debieux. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo, SP: Escuta/Fapesp, 2016.

ROUDINESCO, Élisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SCARPARO, Maria de Lourdes Duque Estrada; POLI, Maria Cristina. Psicanálise e Assistência Social. *In*: CRUZ, Lilian; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima (Org.). **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SHIMOGUIRI, Ana Flávia Dias Tanaka; COSTA, Maico Fernando; BENELLI, Sílvio José; COSTA-ROSA, Abílio da. Discutindo a clínica e o tratamento da toxicomania: dos discursos à constituição subjetiva, **Psicologia USP**, v. 30, p. 1-9, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642019000100207 Acesso em: 13 fev. 2020.

SIQUEIRA, Elizabete Regina Almeida de; QUEIROZ, Edilene Freire de. O singular do caso clínico: uma proposta metodológica em psicanálise. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 66, n.3, p. 104-114, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672014000300009&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 13 fev. 2020.

SILVEIRA, Aparecida Rosângela. A rua de cada um. **Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais: Almanaque On-line**, v. 23, 2019. Disponível em: <https://www.institutopsicanalise-mg.com.br/index.php/a-rua-de-cada-um>. Acesso em: 13 fev. 2020.

SOARES, Janete Nunes; SUSIN, Luciane; WARPECHOWSKI, Marisa Batista. A clínica ampliada na assistência social. *In*: CRUZ, Lilian; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima (Org.), **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SOLER, Colette. A oferta, a demanda e... a resposta. **Stylus**, v. 26, p. 15-28, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-157X2013000100002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 22 ago. 2019.

TOROSSIAN, Sandra Djamboladjian. Entre histórias, espelhos e desigualdades, uma clínica se desenha. *In*: ONOCKO-CAMPOS, Rosana; EMERICH, Bruno (Org.). **SaúdeLoucura 10: Tessituras da clínica: itinerários da reforma psiquiátrica**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2019, v. 10, p. 186-206.

Recebido em 16 de Janeiro de 2023.
Aceito em 08 de fevereiro de 2023.